

Constituinte recebe 40 mil sugestões

SILVIA CAETANO

As crianças querem namorar e andar de mobylete. Muitos goianos querem a pena de morte. O banco de dados, do "Projeto Constituição", do Senado, já tem armazenadas 39.270 sugestões para a Constituinte, que foram enviadas de todos os pontos do País. A Comissão de Justiça, através do Prodasen (Serviço de Processamento de Dados) da Casa, distribuiu sete milhões de formulários desde maio do ano passado e já recebeu 54 mil respostas, que estão sendo processadas para servir de subsídios aos integrantes da Assembléia. Deste total, 1 milhão foi impresso pelo PMDB.

Para encaminhá-los, o Prodasen recorreu aos governos estaduais e municipais, além de órgãos públicos e do auxílio dos próprios parlamentares. O Senado recebeu também milhares de sugestões que foram remetidas à Comissão Constitucional, presidida pelo ex-ministro e atual senador Afonso Arinos, depois do encerramento dos seus trabalhos, e que serão analisadas e selecionadas segundo os vários temas de interesse dos constituintes. Muitos pessoas e entidades representativas de classe, no entanto, preferem dirigir-se aos deputados e senadores, ou às lideranças partidárias, que estão examinando as propostas e reivindicações.

O senador Afonso Arinos, por exemplo, tem arquivadas e já processadas no terminal de computador do seu gabinete 32 sugestões enviadas por associações de classe, vereadores, sindicatos, confederações e até crianças. Mas nem todas as cartas oferecem contribuições efetivas à Constituinte, contendo queixas, protestos e pedidos, inclusive de emprego e de auxílio material. O Prodasen tratar esse material como "sugestões não pertinentes", num total de 2.597, mas nada será jogado fora. O que não for do interesse direto da Assembléia, ficará guardado na biblioteca do Senado, permanecendo à disposição para qualquer pesquisa.

O Projeto Constituição envolve quase 200 pessoas, entre elas 40 estagiários da Universidade de Brasília, que firmou convênio com o Senado, além de uma empresa privada para digitação do material. Os funcionários encarregados da sua coordenação não revelam os custos do projeto, que começou a ser elaborado em agosto de 85 e se desdobra em programas. Um deles controla a distribuição dos formulários e seu processamento, outro visa ao acompanhamento das emendas que serão futuramente apresentadas pelos constituintes nas diversas comissões da Assembléia. Há ainda um programa voltado para o funcionamento de um banco de dados com informações sobre todas as Constituições brasileiras e de 40 países, e outro com material jornalístico sobre o tema.

Aparentemente, o projeto desperta o maior interesse dos constituintes. Mas a realidade é outra. Muitos desconhecem sua existência e outros não lhe atribuem importância, alegando que, ainda que sejam totalmente respondidos, sete milhões de formulários não representam o conjunto da sociedade brasileira. Acrescentam também não ser possível confiar no conteúdo dos questionários, cuja origem não pode ser devidamente apurada, pois nada impede que uma mesma pessoa responda a centenas deles e, nesse caso, a representatividade seria ainda menor. Agrava a desconfiança de alguns congressistas o fato de o Senado ter recebido cartas de candidatos à Constituinte agradecendo a resposta aos formulários e explicando que disputariam as eleições de 15 de novembro, o que, segundo alguns parlamentares, pode significar o uso eleitoral do projeto.

Sugestões

Mas nada disso parece abater o ânimo dos responsáveis pela iniciativa, que trabalham em ritmo acelerado.

do para processar todas as sugestões até a instalação das comissões da Constituinte. As pessoas e entidades continuam oferecendo sugestões e, todos os dias, o Prodasen recebe uma média de 150 respostas, separadas conforme o assunto para arquivar no banco de dados. Com o início efetivo dos trabalhos dos constituintes, será instalado um terminal de computador próximo ao plenário, para subsidiar os seus integrantes. Até lá, o Prodasen pretende distribuir mais 200 mil formulários, com auxílio do serviço de telefonia colocado à disposição da população pelas prefeituras das principais cidades, através do número 156.

A questão da Educação tem despertado maior interesse na população, que já encaminhou cerca de cinco mil idéias sobre o assunto. A política salarial e de emprego vêm em segundo lugar, mas a pena de morte também tem grande destaque, correspondendo a exatamente duas mil 822 respostas. Esse número de sugestões sobre o assunto despertou a atenção de uma funcionária, que se deu ao trabalho de investigar sua origem, constatando, com surpresa, que 90 delas foram enviadas por pessoas residentes em Goiânia e que 87 foram postadas no município goiano de Nova Glória. O fato levou-a a refletir sobre o que teria mobilizado tantas pessoas em torno do tema, com pedido de adoção da pena máxima para crimes violentos.



Mas nem todas as sugestões se referem a tema tão polémico, pois numerosas crianças escreveram ao Senado pedindo liberdade para namorar, andar de mobylete e até uma segunda chance na escola em caso de reprovação. Júlio Martins Carvalho Sá, do Rio de Janeiro, sugeriu ao senador Afonso Arinos a proibição da venda de bebidas alcoólicas entre 22 e 10 horas da manhã, com liberalização aos sábados e domingos. Já Dilton Cerqueira, também fluminense, pretende aposentadoria aos 30 anos, enquanto o compositor J. Lisboa deseja que, ao nascer, a criança receba nome do pai e da mãe, para evitar que seja registrada na certidão a expressão "pai desconhecido".

O líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, examina em seu gabinete mais de 200 propostas para a Constituinte, entre as quais a pena de morte merece destaque. Mas até a CNBB enviou propostas ao líder pedesista, enquanto o vereador Oly Flores de Mendonça, de Alegrete, no Rio Grande do Sul, deseja a implantação do voto facultativo. A Câmara dos Vereadores de Santiago quer ver incluída na nova Constituição dispositivo vedando a desapropriação de imóveis rurais para a construção de obras públicas sem prévia indenização, o que, aliás, já é proibido. Outros pedem proteção para a baleia.

A liderança do PT também estudou numerosas propostas que, depois de selecionadas por assunto, serão encaminhadas aos integrantes da bancada, desde, é claro, que estejam de acordo com o programa partidário. Alguém sugeriu ao PT a retirada da venda dos olhos da Justiça, mas muitos desejam apressar a reforma agrária. No gabinete do líder do PDT, Brandão Monteiro, menor não é o movimento. Percebe-se, no entanto, que as propostas das entidades representativas de classe são enviadas a todos os partidos e, a julgar pela atenção que recebem, deverão ser levadas em maior consideração, pois, afinal, por trás delas estão numerosos votos.

(Brasília/Agência Estado)



Aldemir Martins, artista plástico: "Regulamentação da profissão de artista plástico e abertura da administração do governo para a participação efetiva dos artistas".



Bruna Lombardi, atriz e poetisa: "Que cada grupo social, como escolas, associações de amigos de bairro, de favelados, grupos comunitários etc, fizessem sua Constituição. E desse material todo surgisse, então, a Constituição dos brasileiros. Se nós não fizermos a nossa Constituição, eles fazem a deles e se esquecem de nós. A Constituição precisa vir de baixo para cima. Não pode, jamais, ser coisa de gabinete. Essa gente de gabinete nunca consegue conhecer os problemas reais de cada segmento da sociedade".



Juca de Oliveira, ator: "Eu queria que houvesse um controle no Código de Telecomunicações, ou seja, que a concessão de canais de rádio e televisão e o controle da utilização dos mesmos fosse prerrogativa do Congresso Nacional e não do Ministério das Comunicações".



Irene Ravache, atriz: "Como cidadã, eu acho que o Brasil é muito grande e muito diferente para ter uma Constituição só para todas as regiões. Deveria ser pensado dentro da Constituição uma legislação compatível a cada região".

Caça a jacaré no livro paulista

CRISTINA CHRISTIANO

É possível imaginar 559 constituintes eleitos por 60 milhões de brasileiros, reunidos em plenário, discutindo se devem ou não incluir na futura Carta Magna do País que o técnico da seleção brasileira de futebol seja escolhido por um plebiscito nacional, se proíbem programas policiais apresentados por Gil Gomes e Afanásio Jazadji, se elaboram uma lei permitindo a caça ao jacaré ou então se acabam com a lei que anula o matrimônio quando a mulher é de florada antes do casamento? Não. Não se trata de nenhuma brincadeira. Estas são algumas das cerca de 5.000 propostas do povo paulista, incluídas no livro "As sugestões do povo de São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte", que a Secretaria da Descentralização e Participação do Governo do Estado de São Paulo começa a distribuir esta semana aos representantes da bancada paulista na Câmara e no Senado e posteriormente aos demais constituintes, como contribuição da população paulista à elaboração da nova Constituição.

O livro, com capa plástica e colorida, foi elaborado durante o período de maio de 1986 a 25 de janeiro, através de um sistema de telefonia chamado "linha direta para a Constituinte", que atende a Capital e o Interior. Uma equipe da Secretaria da Descentralização e Participação anotava as sugestões e depois passava-as para o computador, codificando-as por assuntos. A primeira via era posteriormente enviada ao autor da sugestão junto com a cartilha "Você é a Constituinte", que explica o que é a Constituição e a importância da participação do povo nos trabalhos dos constituintes.

As sugestões do povo paulista — a primeira delas é do governador Franco Montoro, que inaugurou o sistema linha direta — foram agrupadas em cinco blocos: Organização Nacional, que trata de reivindicações do funcionalismo público e representa 24% do total das propostas à Constituinte; Declaração dos Direitos da Cidadania, que contém sugestões sobre direitos e garantias indivi-

duais e reúne 30% das contribuições; Ordem Econômica e Social, que agrupa idéias sobre direitos trabalhistas, censura e reforma agrária, e representa 17% das propostas; Família, Educação e Cultura, que trata do problema do menor, controle de natalidade, divórcio e religião, e contém 13% das sugestões; e Outros Assuntos, como consumidor, transporte e habitação, que reúne 16% das propostas.

Estatísticas da Secretaria da Participação e Descentralização revelam que a média de idade das pessoas que apresentaram sugestões à Constituinte é dos 30 aos 50 anos e que 51% das propostas foram de homens, 48% de mulheres e 1% de grupos e associações.

O livro, já entregue pelo governador Franco Montoro aos presidentes da Constituinte, Ulysses Guimarães; do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves; e do Senado, Humberto Lucena, durante a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, será lançado oficialmente no dia 24 próximo, na Secretaria da Descentralização e Participação. Foram impressos inicialmente 800 exemplares na Imprensa Oficial do Estado, ao custo de Cr\$ 300 mil, para serem encaminhados aos constituintes.

AS SUGESTÕES DO POVO

Das cerca de 5.000 propostas do povo paulista à Assembléia Nacional Constituinte, as mais solicitadas foram a aposentadoria da mulher aos 25 anos de serviço e aos 30 anos para o homem, implantação da pena de morte para crimes violentos, em especial o de estupro; igualdade de direitos e equiparação salarial para homens e mulheres, voto não obrigatório, direito ao voto para cabos e soldados, antecipação da maioridade para os 16 anos e criação de prisões agrícolas. Também foi sugerido por várias pessoas que o assaltante responsável pelo assassinato de um pai de família seja obrigado a trabalhar o resto de sua vida para sustentar os familiares da vítima, bem como que seja instituída a obrigatoriedade de pagamento de imposto de Renda pa-

ra deputados, militares e juizes, e a elaboração de uma lei obrigando a publicação em jornais do nome dos deputados e senadores que comparecerem ou não nas sessões do Congresso e que as faltas fossem descontadas. Além disso, muitos pediram o fim dos jefes.

Mas a maior parte das sugestões apresentadas nada tem a ver com a elaboração da nova Constituição, o que torna o livro uma verdadeira colcha de retalhos, não por culpa do povo, mas sim de quem o elaborou. Entre essas propostas estão a proibição de qualquer tipo de operação no corpo humano, a criação de uma lei proibindo os hospitais de deixarem a mulher dar a luz à filhos que não pode criar, extinção do Senado, "por ser inútil, dispensável e cabide de empregos"; obrigatoriedade de fabricação de almoços enlatados ou refeições em conserva, proibição do uso discriminatório dos elevadores de serviço, construção de banheiros públicos com chuveiros para os mendigos, proibição de transportar animais domésticos em carros particulares, proibição de desenhar óculos, barba e bigodes nas figuras das notas de cruzado, elaboração de uma lei garantindo ao homem sete dias de licença quando a mulher tiver filhos, entre outras.

Outra sugestão que confirma a inutilidade do livro é a de um industrial preocupado em acabar com a delinqüência do menor que pede aos constituintes para elaborar uma lei que torne não obrigatório o pagamento de salário para menores de 18 anos. Também foi proposto que, em caso de separação ou divórcio, os filhos sejam divididos igualmente entre o pai e a mãe e, quando eles forem em número ímpar, que a mulher fique com o número maior. Outra sugestão é que seja criada em todas as cidades brasileiras comissões de moças, senhoras e rapazes para preparar bolos, quitutes, pães e pizzas para serem doados aos orfanatos, escolas, favelas, asilos e prisões. Foram sugeridas ainda a proibição de servir comidas e bebidas não nacionais em recepções oficiais e de o presidente da República falar de política.

O QUE PENSAM OS CONSTITUINTES

Para o senador Mário Covas (PMDB) — o político eleito com maior número de votos em toda a história do Brasil —, que ainda não conhece o livro, tudo o que vem do povo reflete uma aspiração de participar, que é a base dos trabalhos dos constituintes. "Se o conteúdo do livro não representa basicamente as metas da Constituinte, no mínimo ele deve refletir os sentimentos coletivos, que são de grande interesse dos constituintes. A característica básica dessa Constituição é saber até onde ela vai permitir a participação popular. E o fato de uma só secretaria de Estado reunir cerca de cinco mil sugestões do povo paulista representa o desejo de participação da população, apesar de ela ter escolhido os seus representantes."

Já o deputado Guilherme Afif Domingos (PL), que também não conhece o livro, tem outra opinião a respeito dele. "O livro pode ser uma excelente amostragem do grau de desinformação e do desconhecimento do povo sobre o que é uma Constituinte. Seria importante ao próprio governador, com base nessa amostragem que tem em mãos, que começasse uma campanha de esclarecimento para que a massa não fique esperando da Constituinte a solução dos seus problemas. Talvez esse livro confirme o excelente discurso do ministro Moreira Alves (do STF), que foi inclusive criticado por grande parte do PMDB, partido do qual o governador faz parte."

Para o deputado Gastone Righi (PTB), que também não conhece o livro e gostaria de conhecê-lo, o conteúdo desse exemplar reflete o sentimento popular e, em razão disso, pode ser útil para que os constituintes tirem uma média da opinião da sociedade a respeito de suas expectativas. O livro, segundo disse, poderá servir apenas como um termômetro, para conhecer o pensamento da população e, assim, permitir aos constituintes a elaboração de discussões esclarecedoras sobre o que é a Constituição. "Mas, para base de um trabalho constituinte, o livro não ajuda em nada."

A doença, hebetude. A cura, eleições

GERALDO FORBES

Os pacientes leitores ainda devem estar irritados com a incompreensível coluna do último domingo. A falha deveu-se a uma confusão na oficina (algum fiscal do Sarney?) que alterou a ordem de vários parágrafos. Por isto as desculpas e também, desde logo, para poupar uma ida ao Aurélio e não aumentar a sua irritação, o significado de hebetude — torpor, letargia pecaminosa. Que é o estado em que se encontra o governo, depois do período de imerecida beatitude que se seguiu ao nascimento do já defunto cruzado.

A saída do sr. Fernão Bracher e do sr. Pêrsio Arida do governo representa a eliminação dos últimos vestígios de sensatez na condução da economia. A nau, agora totalmente entregue nas mãos dos marinheiros das nuvens, ameaça naufragar todos os passageiros enquanto o homem da gávea grita — rochedos à vista.

Vai pesadamente a marinha. O desgoverno é total e o império é das circunstâncias. As reservas cambiais já acabaram e a recessão e a hiperinflação batem à porta. O enredo deste drama, longe de seu

fim, deve ser em poucos dias engrossado com o Cruzado III.

A obtusidade do governo do sr. Sarney é coriácea. Não satisfeito com o desastre, já causado por seu aventureirismo e oportunismo, vai ainda tentar salvar seu casual mandado com o golpe de um novo congelamento.

É a volta da teoria do marketing publicitário. Em vez de tratar de coisas sérias e, por exemplo, centralizar o câmbio e penalizar fiscalmente a tomada de empréstimos especulativos, o governo vai tentar recuperar sua credibilidade na base do golpe de propaganda. Sem nada para substantivá-lo, o resultado, depois da gargalhada nacional, será com certeza a tra da população e uma turbulência política de desdobramentos imprevisíveis.

Já não há mais dúvidas de que o País está em um pântano econômico. Quanto mais se mexe, mais afunda, e ficar imóvel no lodo não é também tarefa agradável. Entretanto — e é muito importante notar o paradoxo —, a economia não vai lá mal. O que vai horrivelmente mal é a administração da economia e não esta propriamente dita.

Não se pode comparar o caso brasileiro com o caso mexicano ou com o argentino. Lá, sim, a economia tem sérios problemas estruturais de desemprego crônico, falta de mercados para seus produtos de exportação, uma indústria e setor de serviços obsoletos e assim por diante.

E que ninguém se iluda. Fora das eleições não há salvação. Se a Constituinte hesitar e, rendendo-se aos interesses menores, não convocar eleições gerais — para a Presidência, o Senado e a Câmara — logo após a promulgação da nova Carta, estaremos fritos e mal pagos. A crise econômica adquirirá o caráter crônico que já iludiu com o México, o Uruguai e a Argentina. O País continuará se desafiando nessa hebetude. Mais que pecaminosa, criminosa. Torpitude.

É tempo de reagir. Não podemos nos entregar a este triste destino só porque um bando de políticos obsoletos quer manter seus empregos, vantagens e posições. Chega de Sarney, Ulysses, Aureliano, Arraes, Montoro e outras velharias pré-64. É tempo de Lula, Delfim, Fernando Henrique e Rita Camata. É tempo de deixar emergir outras e novas

lideranças afinadas com o presente, preparadas para o futuro.

A pior doença das instituições é a esclerose dos canais de representação política. O entupimento que vem da ditadura atinge, nesta já longa transição, o nível de demência no Executivo. O povo é muito melhor que isso que está aí e, dono do País, não quer vê-lo afundado por marinheiros ensandecidos, a serviço dos eternos donos do poder. Cansado, diz — chega. Solução? Eleições. Distritais, proporcionais e diretas.

No ponto em que chegamos, só um novo governo, que tenha a força do legítimo apelo popular — o apelo estável das urnas e não o desfrutável das pesquisas — poderá reverter o lento, gradual e trágico afundamento da Nação.

Do contrário — langor. Torpor. Hebetude. Morte.

Aqui a coisa é diferente e muito mais favorável. O que temos de parecido são a ineficiência do setor estatal e uma enorme dívida externa. Em compensação, o dinamismo do setor privado, nacional e multinacional, na agricultura, no comércio, na indústria e nas finanças, torna possível imaginar que não es-

tamos irremediavelmente condenados à decadência e ao subdesenvolvimento.

O grande entrave à nossa recuperação, o grande mal que nos aflige, impedindo o conserto dos defeitos e o desabrochar das virtudes, é a chamada classe política, claramente incapacitada para dirigir um país desta complexidade, no limiar do século 21. Na realidade, a presente crise econômica, talvez a mais terrível da nossa história, tem causa e origem políticas. As estruturas econômicas, embora abaladas pelos sucessivos desacertos impostos por sucessivos governos incompetentes, são razoavelmente sofisticadas e modernas e podem ser revitalizadas e melhoradas facilmente num ambiente de orçamentos realistas e regras realistas e duradouras.

O que atrapalha é a cotidiana interferência de governantes, sempre mais interessados na sua estabilidade pessoal do que no verdadeiro desenvolvimento nacional. A praga é o político e a quintessência desta praga é o dr. José Sarney, um maneirismo político de província, totalmente despreparado para o cargo de presidente. O seu já é o

pior e o mais louco dos governos que infelicitaram este País.

Se isto tudo é verdade, então também é verdade que a crise — de natureza muito mais política do que econômica — só será resolvida com a renovação dos quadros dirigentes.

Ora, tal renovação só se fará com a purgação dos velhos nomes, homens de outra época, hoje ultrapassados e em desconexão com a realidade. Então, se queremos pensar grande e pensar o futuro temos de pensar em tomar, quantas vezes necessário, o único purgante admitido em uma democracia — eleições livres. Eleições feitas de um modo que efetivamente proporcione a participação de todos na escolha de legisladores e governantes, representantes de fato dos desejos da maioria. Eleições distritais. Eleições proporcionais à população. Eleições diretas.

A esta altura dos acontecimentos já é possível prever que a Constituinte provavelmente se encaminhará por aí. É também possível a instauração do parlamentarismo e a crise econômica aponta para um radical (justo e necessário) encurtamento do período do desastre Sarneyco.